

FAVELAS PAULISTANAS: A ATUAÇÃO DE AGÊNCIAS INTERNACIONAIS

Théo Marcello Moro Zanardo

Pontifícia Universidade Católica do Paraná | theozanardo.arq@gmail.com

Sessão Temática: Territórios, lutas sociais e planejamento em contexto de conflito

Resumo: Este estudo visa analisar a atuação de agências internacionais nas favelas da cidade de São Paulo, Brasil, com foco em verificar se as ações dessas organizações resultam em mudanças significativas nas condições de vida das comunidades. A pesquisa adota uma abordagem bibliográfica e empírica, examinando como as agências internacionais interagem com essas áreas urbanas marginalizadas, suas parcerias e os projetos implementados. A definição de "habitabilidade" utilizada no estudo inclui fatores como segurança, salubridade, acesso à infraestrutura básica (água, esgoto, eletricidade), além de aspectos sociais e culturais, como a integração comunitária. A pesquisa, baseada em três estudos de caso em favelas paulistas (Heliópolis, Paraisópolis e Nova Jaguaré), conclui que as agências internacionais atuam principalmente como financiadoras e apoiadoras de organizações locais, em parceria com entidades públicas. As ações desenvolvidas se concentram em áreas como saúde, infraestrutura básica e direitos humanos, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos moradores. No entanto, as mudanças urbanísticas significativas ainda são lideradas principalmente por ONGs locais ou pelo poder público. As agências internacionais desempenham um papel importante no desenvolvimento econômico e na assistência humanitária em nível global, frequentemente operando sob a supervisão de governos ou organizações multilaterais, como a ONU e o Banco Mundial. Embora suas ações abranjam diversas áreas, o impacto de longo prazo das suas intervenções nas favelas de São Paulo é limitado devido a desafios como a burocracia e a falta de adaptação às realidades locais. O estudo conclui que, apesar dos avanços pontuais em áreas como saneamento e infraestrutura, as intervenções das agências internacionais ainda não conseguem resolver integralmente os problemas estruturais enfrentados por essas comunidades. É necessário um maior comprometimento de longo prazo e uma integração mais robusta com políticas públicas locais para transformar efetivamente essas áreas vulneráveis.

Palavras-chave: Agências Internacionais, Favelas, São Paulo, Assistência Humanitária, Desenvolvimento Urbano.

SÃO PAULO'S FAVELAS: THE ROLE OF INTERNATIONAL AGENCIES

Abstract: *This study aims to analyze the role of international agencies in the favelas of the city of São Paulo, Brazil, with a focus on verifying whether the actions of these organizations result in significant changes in the living conditions of the communities. The research adopts a bibliographic and empirical approach, examining how international agencies interact with these marginalized urban areas, their partnerships, and the projects implemented. The definition of 'habitability' used in the study includes factors such as safety, salubrity, access to basic infrastructure, as well as social and cultural aspects, such as community integration. The research, based on three case studies in São Paulo favelas, concludes that international agencies mainly act as funders and supporters of local organizations, in partnership with public entities. The actions developed focus on areas such as health, basic infrastructure, and human rights, with the aim of improving the quality of life of the residents. However, significant urban changes are still primarily led by local NGOs or the government. International agencies play an important role in economic development and humanitarian assistance at the global level, often operating under the supervision of governments or multilateral organizations, such as the UN and the World Bank. Although their actions cover diverse areas, the long-term impact of their interventions in the favelas of São Paulo is limited due to challenges such as bureaucracy and lack of adaptation to local realities. The study concludes that, despite the occasional advances in areas such as sanitation and infrastructure, the interventions of international agencies still fail to fully solve the structural problems faced by these communities. A greater long-term commitment and a more robust integration with local public policies are necessary to effectively transform these vulnerable areas.*

Keywords: *Internacional Agencies, Favelas, São Paulo, Humanitarian Assistance, Urban Development.*

FAVELAS PAULISTANAS: LA ACTUACIÓN DE AGENCIAS INTERNACIONALES

Resumen: *Este estudio tiene como objetivo analizar la actuación de las agencias internacionales en las favelas de la ciudad de São Paulo, Brasil, con el fin de verificar si las acciones de estas organizaciones dan lugar a cambios significativos en las condiciones de vida de las comunidades. La investigación adopta un enfoque bibliográfico y empírico, examinando cómo interactúan las agencias internacionales con estas áreas urbanas marginadas, sus asociaciones y los proyectos implementados. La definición de 'habitabilidad' utilizada en el estudio incluye factores como seguridad, salubridad, acceso a infraestructura básica, así como aspectos sociales y culturales, como la integración comunitaria. La investigación, basada en tres estudios de caso en favelas de São Paulo, concluye que las agencias internacionales actúan principalmente como financiadoras y apoyadoras de organizaciones locales, en asociación con entidades públicas. Las acciones desarrolladas se concentran en áreas como salud, infraestructura básica y derechos humanos, con el objetivo de mejorar la calidad de vida de los habitantes. Sin embargo, los cambios urbanísticos significativos todavía son liderados principalmente por ONG locales o por el poder público. Las agencias internacionales desempeñan un papel importante en el desarrollo económico y la asistencia humanitaria a nivel global, a menudo operando bajo la supervisión de gobiernos u organizaciones multilaterales, como la ONU y el Banco Mundial. Aunque sus acciones abarcan diversas áreas, el impacto a largo plazo de sus intervenciones en las favelas de São Paulo es limitado debido a desafíos como la burocracia y la falta de adaptación a las realidades locales. El estudio concluye que, a pesar de los avances puntuales en áreas como saneamiento e infraestructura, las intervenciones de las agencias internacionales aún no logran resolver integralmente los problemas estructurales que enfrentan estas comunidades. Se necesita un mayor compromiso a*

Palabras clave: *Agencias Internacionales, Favelas, São Paulo, Asistencia Humanitaria, Desarrollo Urbano.*

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo analisar a atuação de agências internacionais nas favelas da cidade de São Paulo/SP, com o intuito de verificar se as ações realizadas por elas resultam em algum tipo de mudança significativa nas comunidades.

Por meio de uma abordagem bibliográfica e empírica, busca-se compreender como as agências se inserem no cotidiano das favelas paulistanas, que parcerias formam, quais projetos são majoritariamente envolvidos e se as ações desempenhadas resultam em melhorias na habitabilidade dessas áreas.

Neste estudo, define-se habitabilidade como as condições mínimas necessárias para que um ambiente seja considerado adequado para a moradia humana. Esses critérios envolvem fatores como segurança, salubridade, acesso à infraestrutura básica (água, esgoto, energia elétrica), entre outros. A habitabilidade também engloba aspectos sociais e culturais, incluindo a integração do morador com o entorno e sua participação na vida comunitária (Maricato, 2000).

A metodologia adotada neste estudo é baseada em uma revisão bibliográfica que aborda o surgimento e desenvolvimento das favelas paulistanas, bem como a caracterização das agências internacionais e suas tipologias. Adicionalmente, foram conduzidos estudos de caso em três favelas da cidade de São Paulo, que demonstram, na prática, a conexão entre os temas abordados.

Os resultados do estudo revelam a presença de agências internacionais nas favelas paulistanas; contudo, essas agências atuam majoritariamente como apoiadoras, por meio de financiamento a organizações mais próximas das comunidades e de parcerias com entidades públicas, como a prefeitura de São Paulo. Grande parte das ações apoiadas por essas agências visa melhorar o acesso a recursos de saúde, iluminação e reconhecimento de direitos humanos básicos (Santos, 2020). Poucas entidades internacionais promovem mudanças urbanísticas drásticas, preferindo delegá-las a outros agentes, como o poder público ou ONGs locais (Harvey, 2013).

A estrutura deste estudo está organizada da seguinte forma: inicialmente, apresenta-se uma revisão da literatura, na qual são discutidos o processo de periferização e favelização da cidade de São Paulo, além dos conceitos que definem o que são agências internacionais, suas tipologias e como atuam globalmente. Em seguida, descreve-se detalhadamente a metodologia adotada, abordando os critérios de seleção dos estudos empíricos e os procedimentos de análise empregados. A seção seguinte é dedicada à apresentação e discussão dos resultados, com destaque para as implicações desses achados para o planejamento urbano e a gestão das favelas.

Por fim, nas conclusões, são resumidos os principais achados do estudo e apresentadas as perspectivas futuras para o desenvolvimento das favelas paulistanas, bem como o avanço da integração com entidades internacionais.

Este estudo pretende contribuir para a compreensão do papel das agências internacionais na melhoria da habitabilidade nas favelas paulistanas e, conseqüentemente, no planejamento urbano, oferecendo um panorama da atuação dessas entidades tanto para pesquisadores quanto para gestores públicos. Além disso, espera-se que o estudo elucide maneiras de auxiliar e estimular a utilização dessas forças de apoio de forma mais eficaz, visando sanar os problemas estruturais das favelas (Perlman, 2010).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

AGÊNCIAS INTERNACIONAIS: TIPOLOGIAS E ATUAÇÃO

As agências internacionais desempenham um papel fundamental no cenário global ao promover o desenvolvimento sustentável, o alívio da pobreza, a assistência humanitária e a proteção dos direitos humanos em várias partes do mundo. Vinculadas frequentemente a organizações multilaterais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Banco Mundial, essas instituições governamentais ou intergovernamentais atuam em parceria com países em desenvolvimento, governos locais e entidades da sociedade civil para implementar projetos que visam o bem-estar social e econômico das populações (Weiss; Wilkinson, 2018). Pereira (2017) destaca que o planejamento urbano no Brasil deve ser entendido como um processo dinâmico, que envolve não apenas a implementação de políticas públicas, mas também a mediação entre diversos atores sociais, econômicos e políticos, com vistas à promoção de um desenvolvimento urbano sustentável e inclusivo

Diferentemente de outras entidades de apoio internacional, como as Organizações Não Governamentais (ONGs) e fundações filantrópicas, as agências internacionais possuem um caráter oficial, operando sob a supervisão de governos ou instituições multilaterais. Essa natureza oficial confere-lhes uma autoridade política e diplomática que muitas vezes falta a ONGs e grupos da sociedade civil. O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), por exemplo, são entidades com grande influência política e econômica, capazes de definir políticas de empréstimos que impactam diretamente as economias dos países assistidos. Segundo Weiss e Wilkinson (2018), as agências internacionais são responsáveis por “mobilizar recursos financeiros e técnicos para a solução de problemas globais, servindo frequentemente como mediadoras entre governos e o setor privado, atuando na interseção entre política e desenvolvimento.”

Uma distinção importante entre as agências internacionais e outras entidades de apoio é a escala de suas operações. Enquanto ONGs geralmente atuam em nível local ou nacional, as agências internacionais operam globalmente, influenciando políticas macroeconômicas, infraestrutura e governança simultaneamente em diversos países. Muitas delas possuem mandatos específicos, alinhados com prioridades internacionais, como a erradicação da pobreza, a promoção da igualdade de gênero e o combate às mudanças climáticas, em

conformidade com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU (Mingst et al., 2021).

Essas agências têm um compromisso formal com governos e com o cumprimento de tratados internacionais, o que lhes confere maior capacidade de promover ações de impacto duradouro, frequentemente em áreas onde ONGs enfrentam barreiras políticas ou econômicas. No entanto, elas também são alvo de críticas por sua burocracia e por implementarem políticas que nem sempre consideram adequadamente as realidades locais (Stiglitz, 2002). Além disso, os instrumentos de planejamento urbano enfrentam desafios e tensões que emergem ao tentar equilibrar a equidade social e a sustentabilidade, especialmente em áreas urbanas marginalizadas. Conforme apontado por Leshinsky e Legacy (2016), os instrumentos de planejamento, embora formalmente voltados para a inclusão e sustentabilidade, muitas vezes esbarram em questões políticas, sociais e burocráticas que limitam a sua eficácia em resolver problemas estruturais de longo prazo.

O escopo de atuação das agências internacionais é vasto, abarcando desde a assistência humanitária em áreas de conflito até o suporte ao desenvolvimento econômico e à implementação de programas de saúde pública e educação. Por exemplo, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) concentra-se em áreas como a governança democrática e a erradicação da pobreza, enquanto o Banco Mundial financia grandes projetos de infraestrutura em países em desenvolvimento, como a construção de estradas e sistemas de saneamento. De forma semelhante, a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) apoia projetos que promovem equidade de gênero e fortalecem instituições locais (Williams, 2020).

Apesar de sua capacidade de mobilizar recursos em larga escala, a atuação das agências internacionais é, por vezes, influenciada por interesses políticos e econômicos dos países doadores, o que pode resultar na imposição de políticas inadequadas para os países assistidos, como austeridade fiscal e privatizações (Harvey, 2013). O Banco Mundial e o FMI, por exemplo, têm sido criticados por promoverem políticas neoliberais que, em muitos casos, prejudicam as economias locais e as populações vulneráveis, impondo condições que não consideram as particularidades socioeconômicas dos países (Stiglitz, 2002).

De acordo com relatório recente do ACNUR (2023), as agências internacionais que atuam em áreas humanitárias enfrentam desafios cada vez maiores, devido à intensificação de conflitos prolongados e deslocamentos forçados de populações. A atuação dessas agências, tanto no âmbito humanitário quanto no desenvolvimento econômico, continua sendo central para a mitigação de crises globais e para a promoção de paz e segurança internacional.

A PERIFERIZAÇÃO E O PROCESSO DE FAVELIZAÇÃO DA CIDADE DE SÃO PAULO

A periferização e favelização da cidade de São Paulo são fenômenos intimamente ligados ao processo de urbanização acelerada e à concentração de atividades econômicas no Brasil ao

longo do século XX. À medida que São Paulo se consolidava como o principal polo industrial do país, grandes contingentes de migrantes, principalmente do Nordeste, foram atraídos para a cidade em busca de melhores oportunidades de trabalho. No entanto, esse crescimento populacional não foi acompanhado por políticas públicas habitacionais adequadas, resultando na ocupação irregular das áreas periféricas e no surgimento de favelas.

Durante o início do século XX, a cidade de São Paulo despontou como um centro industrial dinâmico, especialmente após o declínio da economia cafeeira. No entanto, a infraestrutura urbana não acompanhou o crescimento populacional, o que resultou em uma segregação espacial acentuada. Conforme apontado por Maricato (2000), “a cidade foi planejada para poucos, enquanto a grande maioria da população foi empurrada para áreas periféricas, sem infraestrutura e serviços adequados”. O planejamento urbano favoreceu o desenvolvimento de áreas centrais, acessíveis às classes média e alta, enquanto as camadas populares foram marginalizadas para regiões distantes dos centros urbanos.

Esse contexto histórico impulsionou o surgimento das primeiras favelas nas décadas de 1940 e 1950, como uma solução informal para a crise habitacional. Kowarick (2009) afirma que “o crescimento das favelas é o resultado direto da exclusão do mercado formal de habitação e da falta de políticas públicas inclusivas.” Nos anos 1970, o processo de favelização se intensificou com o rápido crescimento populacional e a ausência de políticas que atendessem às demandas habitacionais da população de baixa renda. As favelas proliferaram em terrenos irregulares, muitas vezes localizados em áreas de risco, como encostas de morros e várzeas.

Além disso, a especulação imobiliária contribuiu significativamente para a exclusão das camadas mais pobres do acesso ao solo urbano de qualidade. Rolnik (1997) destaca que “a especulação imobiliária e a ausência de uma política pública de habitação adequada fizeram com que as populações mais pobres se estabelecessem nas áreas menos valorizadas da cidade”. Esse processo de ocupação irregular resultou na expansão de assentamentos precários e sem infraestrutura adequada, agravando a segregação socioespacial.

O Estado, por sua vez, desempenhou um papel central nesse processo ao não priorizar políticas habitacionais inclusivas. A ausência de um planejamento urbano que considerasse a inclusão social reforçou a marginalização das populações de baixa renda. Conforme apontado por Villaça (2012), “a periferização em São Paulo não é um fenômeno natural, mas o resultado de escolhas políticas que priorizaram o crescimento econômico em detrimento da inclusão social”.

Em suma, a periferização e a favelização da cidade de São Paulo refletem escolhas políticas e econômicas que privilegiaram o crescimento urbano desordenado, sem promover a inclusão social necessária. Essas dinâmicas representam desafios persistentes para o planejamento urbano e a gestão da cidade, que necessitam de novas abordagens para promover a integração social e a melhoria da habitabilidade nas áreas periféricas.

METODOLOGIA

A metodologia deste estudo foi desenvolvida com base em uma abordagem qualitativa, utilizando tanto revisão bibliográfica quanto estudos de caso em favelas específicas da cidade de São Paulo. As três favelas escolhidas para a análise foram Heliópolis, Paraisópolis e Nova Jaguaré. Essas comunidades foram selecionadas com base em critérios como volume demográfico, formação histórica, dinâmica social e a presença de núcleos de ação comunitária. A seleção priorizou favelas que demonstram uma constituição de comunidades ativas, como sugere Perlman (2010), ressaltando o papel das organizações comunitárias locais na criação de pontes entre as comunidades e as instituições externas.

CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DAS FAVELAS

As três favelas foram escolhidas com base em critérios que incluem:

- Volume demográfico: Comunidades com grande número de habitantes, representando favelas significativas no contexto urbano de São Paulo.
- Formação histórica: Favelas com um histórico de desenvolvimento ligado ao processo de urbanização acelerada, que oferece uma visão detalhada de como esses espaços se consolidaram.
- Dinâmica social rica: Presença de organizações comunitárias que facilitam a colaboração com agências internacionais, promovendo ações voltadas para o desenvolvimento social e infraestrutura.

PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi realizada por meio de pesquisa exploratória, tendo em vista a exclusividade do tema abordado. Os dados foram obtidos a partir de fontes secundárias, incluindo sites, artigos acadêmicos, relatórios e bases de dados que tratam da atuação de agências internacionais nas comunidades selecionadas. A pesquisa concentrou-se em identificar as agências atuantes em cada favela, as ações realizadas, seus objetivos, parcerias estabelecidas e os impactos observados.

PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

A análise dos dados seguiu três etapas principais:

1. Resgate histórico: Cada favela foi analisada individualmente para compreender o contexto específico de sua formação e os desafios enfrentados ao longo do tempo. Isso envolveu a descrição de como essas favelas surgiram e se desenvolveram, e os fatores socioeconômicos que influenciaram seu crescimento.
2. Identificação de agências internacionais: A segunda etapa focou em identificar as agências internacionais presentes em cada comunidade.

3. Comparação entre as ações realizadas: A terceira etapa consistiu em comparar as ações das diferentes agências nas favelas, buscando identificar semelhanças e diferenças nas estratégias adotadas, nas parcerias formadas e nos impactos observados em termos de melhoria na habitabilidade.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Para avaliar a atuação das agências internacionais nas favelas, o estudo considerou diversos indicadores, entre eles:

- Impacto na infraestrutura: Foram avaliadas as contribuições das agências em termos de melhorias na infraestrutura básica, como saneamento, eletrificação e pavimentação.
- Participação comunitária: Foi analisado o grau de envolvimento das comunidades locais nos projetos desenvolvidos pelas agências, especialmente em termos de governança e sustentabilidade das iniciativas.
- Sustentabilidade das ações: A continuidade e sustentabilidade das ações também foram avaliadas, considerando a permanência dos impactos positivos a longo prazo.
- Parcerias e colaborações: O estudo deu destaque às parcerias entre agências internacionais, governos locais e ONGs, avaliando como essas colaborações influenciam a eficácia e alcance das ações.

RESULTADOS ANALÍTICOS

HELIÓPOLIS

Heliópolis, uma das maiores favelas de São Paulo, teve seu início na década de 1970, como uma ocupação irregular que começou a crescer rapidamente nos anos 1980. Essa expansão se deu devido à falta de políticas habitacionais para famílias de baixa renda e ao deslocamento de famílias provenientes de áreas que passavam por processos de remoção nas regiões centrais da cidade. Nos últimos anos, estudos revelam que a urbanização de Heliópolis ganhou impulso, com iniciativas que visam melhorar a infraestrutura local, como os programas de regularização fundiária e urbanização conduzidos pela Prefeitura de São Paulo. A comunidade de Heliópolis também tem sido marcada por esforços comunitários de auto-organização e por uma integração mais ativa dos moradores nas políticas públicas (Freire, 2015). "A urbanização de Heliópolis avançou nos últimos anos, mas ainda existem desafios significativos em termos de infraestrutura e segurança" (Gonçalves, 2020).

A favela de Heliópolis, surgiu na década de 1970 como resultado da ocupação de terrenos públicos e privados na região sudeste da cidade. A área foi ocupada principalmente por migrantes nordestinos em busca de melhores oportunidades de trabalho na capital paulista. Segundo Fix e Arantes (2004), Heliópolis se desenvolveu em meio a um processo de

urbanização acelerada da cidade, onde áreas periféricas passaram a ser alvo de ocupações informais, devido à falta de políticas habitacionais adequadas.

Originalmente uma área rural, Heliópolis passou a ser ocupada de forma desordenada, com construções precárias e sem acesso a serviços essenciais. A favela cresceu nas décadas seguintes, impulsionada pela chegada de mais moradores, especialmente devido à carência de alternativas habitacionais para a população de baixa renda (Rolnik, 2017).

Na década de 1980, o governo municipal e organizações da sociedade civil começaram a atuar de forma mais incisiva na área, com iniciativas de urbanização e melhorias habitacionais. O "Projeto Heliópolis", promovido pela Prefeitura de São Paulo, visou a regularização fundiária e a instalação de infraestrutura básica, como asfalto, escolas e postos de saúde, em um esforço conjunto com a comunidade local (Prefeitura de São Paulo, 2020). Hoje, Heliópolis é uma das maiores favelas da cidade e, graças à forte organização comunitária, muitas vezes é considerada um "bairro" por seus próprios moradores.

Agências Atuantes e Ações Desenvolvidas

ActionAid – Safe Cities for Women and Girls: A campanha da ActionAid em Heliópolis visa a segurança das mulheres, com foco na iluminação pública e na promoção da participação feminina em decisões comunitárias. Em parceria com as moradoras locais, a ActionAid ajudou a organizar uma petição que resultou no compromisso da Prefeitura de fornecer 100% de cobertura com iluminação LED. Isso gerou melhorias significativas, criando um ambiente mais seguro e estimulando a participação das mulheres em fóruns comunitários (ActionAid, 2021).

UNESCO – Inclusão e Educação: O trabalho da UNESCO em Heliópolis é voltado para a educação e a inclusão digital, com destaque para projetos de capacitação de jovens. A organização, em parceria com o Instituto Baccarelli, promove a inclusão social através de programas de educação musical, impactando diretamente a vida de crianças e adolescentes ao oferecer atividades que combinam arte e desenvolvimento de habilidades (UNESCO, 2019). Essa atuação fortalece as capacidades locais, criando oportunidades para o futuro.

ONU-Habitat – Requalificação Urbana: A ONU-Habitat está ativa desde 2010, promovendo projetos de urbanização que melhoram as condições de moradia e ampliam a infraestrutura básica. Focada na sustentabilidade e resiliência urbana, a agência atua na implementação de práticas inovadoras para adaptação às mudanças climáticas, contribuindo para melhorar a qualidade de vida nas áreas mais vulneráveis da favela (ONU-Habitat, 2020). A introdução de soluções como habitações mais sustentáveis e sistemas de coleta de água impacta positivamente a infraestrutura local.

Banco Mundial – Infraestrutura e Redução da Pobreza: Desde 2008, o Banco Mundial financia projetos em Heliópolis para expandir o saneamento básico e melhorar a eletrificação. Além de promover a infraestrutura física, os programas visam a redução da pobreza por meio do desenvolvimento econômico local. Em colaboração com o Governo de São Paulo, essas

ações têm permitido o avanço de serviços essenciais para a população, como a instalação de rede de água tratada e eletrificação (Banco Mundial, 2021).

AECID – Capacitação Profissional e Desenvolvimento Econômico: A Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECID) trabalha desde 2015 em projetos de capacitação profissional e desenvolvimento econômico em Heliópolis. Em parceria com o SENAI, a AECID oferece programas de qualificação técnica para os moradores, preparando-os para o mercado de trabalho. Além disso, a agência colabora com ONGs locais para fortalecer as economias comunitárias, promovendo a criação de cooperativas e o desenvolvimento de microempresas (AECID, 2022).

PARAISÓPOLIS

Paraisópolis começou a ser ocupada informalmente na década de 1920, mas foi a partir dos anos 1950 que houve um crescimento mais acelerado devido ao intenso processo de migração de trabalhadores rurais para São Paulo. Nos últimos 10 anos, a favela tem atraído maior atenção das autoridades e ONGs que atuam na urbanização e na oferta de serviços públicos para os moradores. De acordo com pesquisa recente, Paraisópolis representa hoje um dos maiores contrastes sociais de São Paulo, estando localizada ao lado de áreas nobres da cidade, como o bairro do Morumbi. Ao longo da última década, iniciativas de integração socioeconômica, como projetos voltados para a saúde, educação e infraestrutura, foram implementadas, mas a comunidade ainda enfrenta desafios em áreas como saneamento básico e habitação adequada (Silva, 2019). "Paraisópolis continua sendo um exemplo da profunda desigualdade urbana, onde os esforços de urbanização esbarram em desafios relacionados à exclusão social" (Rodrigues, 2021).

A favela de Paraisópolis, localizada na zona sul da cidade de São Paulo, teve sua origem no início do século XX, em um processo relacionado à expansão urbana da cidade e à segregação espacial das classes sociais. Inicialmente, a área onde hoje se encontra Paraisópolis era ocupada por grandes fazendas e terrenos agrícolas. No entanto, com o processo de urbanização acelerado e a expansão da cidade, esses terrenos passaram a ser divididos e loteados para moradias irregulares. Segundo Rolnik (2017), a ocupação de Paraisópolis começou a ganhar força a partir da década de 1920, quando trabalhadores migrantes e pessoas de baixa renda se estabeleceram na região em busca de moradia mais acessível.

Durante as décadas de 1950 e 1960, a favela de Paraisópolis passou a crescer de maneira mais intensa devido ao grande fluxo de migrantes vindos, em sua maioria, do Nordeste do Brasil. Esses migrantes foram atraídos pela promessa de emprego nas indústrias paulistas e, devido à falta de políticas públicas habitacionais, acabaram ocupando áreas periféricas da cidade, como Paraisópolis. Segundo Maricato (2000), o crescimento desordenado da favela refletia a ausência de um planejamento urbano adequado e a incapacidade do governo em prover moradia digna para as classes populares.

A partir das décadas de 1980 e 1990, Paraisópolis começou a receber mais atenção do poder público, com a implementação de programas de urbanização e regularização fundiária. Iniciativas como o Programa de Urbanização de Paraisópolis, desenvolvido pela Prefeitura de São Paulo, buscaram melhorar as condições de moradia, infraestrutura e acesso a serviços essenciais na região (Prefeitura de São Paulo, 2020). Ainda assim, a comunidade de Paraisópolis enfrentou muitos desafios ao longo de sua história, permanecendo como uma das maiores favelas da cidade, abrigando uma população expressiva e desenvolvendo uma forte organização comunitária.

Agências Atuantes e Ações Desenvolvidas

Fundação LafargeHolcim – Centro Cívico de Uso Misto: A Fundação LafargeHolcim trabalha no desenvolvimento de um centro cívico em Paraisópolis, projetado para ser uma estrutura durável e de baixo custo de manutenção. O polo comunitário inclui uma escola de dança, auditórios e espaços comerciais, criando um ambiente que promove a capacitação da população local. Essa iniciativa visa gerar empregos, aumentar o acesso à educação e incentivar a participação social.

eDesign Dynamics – Sistema de Águas Sustentável: Em colaboração com o Urban Think Tank e a Prefeitura de São Paulo, a eDesign Dynamics implementou um sistema de tratamento de águas pluviais e cinzentas através de terraços ecológicos. O projeto oferece uma solução ambiental inovadora para a gestão de águas em Paraisópolis, melhorando a infraestrutura hídrica e reduzindo o impacto ambiental da comunidade. Esta ação integra a favela em um modelo de sustentabilidade urbana.

Grupo Cria – Comunicação e Protagonismo Social: O Grupo Cria atua na promoção de narrativas positivas sobre as periferias, organizando eventos e campanhas de comunicação que trazem à tona o protagonismo dos moradores de favelas. Projetos como o Favela Cria envolvem parcerias com organizações internacionais e entidades de comunicação, criando espaços para o diálogo sobre as potencialidades das favelas e sua integração em redes globais de inovação social.

NOVA JAGUARÉ

A favela Nova Jaguaré, localizada na zona oeste de São Paulo, começou a se formar entre as décadas de 1960 e 1970, devido à proximidade com áreas industriais e à crescente demanda por moradias populares. Nos últimos anos, o Jaguaré tem se destacado por ser alvo de programas de urbanização, como o projeto de urbanização integrado a ações de desenvolvimento social, saúde e educação. Essas ações fazem parte de uma tentativa de mitigar os efeitos da ocupação irregular e promover melhorias na qualidade de vida da população local. Um estudo recente aponta que o crescimento de Nova Jaguaré está ligado tanto à sua localização estratégica quanto à sua inserção no contexto das políticas públicas de habitação que visam regularizar e urbanizar favelas em São Paulo (Santos, 2018). "Apesar

dos avanços na urbanização, o Jaguaré continua a enfrentar problemas como a precariedade dos serviços públicos e a exclusão social dos seus moradores" (Pereira, 2020).

A favela de Nova Jaguaré, localizada na zona oeste da cidade de São Paulo, surgiu no final da década de 1960, impulsionada pelo processo de urbanização e crescimento industrial na região. Originalmente, a área era composta por terrenos de várzea ao longo do Rio Pinheiros, que eram ocupados de maneira informal por famílias de baixa renda e migrantes vindos de outras regiões do Brasil, principalmente do Nordeste, em busca de oportunidades de trabalho. Segundo Rolnik (2017), a ocupação irregular da área ocorreu em função da falta de políticas habitacionais adequadas para atender à crescente demanda por moradia popular em São Paulo.

Ao longo dos anos 1970 e 1980, Nova Jaguaré cresceu significativamente com a chegada de mais famílias, atraídas pela proximidade de áreas industriais e pela ausência de alternativas habitacionais formais. De acordo com Maricato (2000), o crescimento da favela refletia as profundas desigualdades sociais e urbanas da cidade de São Paulo, onde a população de baixa renda era forçada a ocupar áreas periféricas e ambientalmente vulneráveis, sem infraestrutura básica ou serviços públicos adequados.

A partir dos anos 2000, Nova Jaguaré começou a ser alvo de projetos de urbanização promovidos pela Prefeitura de São Paulo, visando melhorar as condições de vida da população local. O Programa de Urbanização de Favelas da cidade buscou a regularização fundiária, melhorias na infraestrutura e a oferta de serviços básicos como saneamento, pavimentação e equipamentos públicos (Prefeitura de São Paulo, 2020). Apesar das melhorias, a favela de Nova Jaguaré ainda enfrenta desafios relacionados à habitação e à exclusão social.

Agências Atuantes e Ações Desenvolvidas

Mobiliza Jaguaré – Ações Comunitárias Durante a Pandemia: O movimento Mobiliza Jaguaré destacou-se durante a pandemia da COVID-19, organizando campanhas para fornecer alimentos e suprimentos essenciais às famílias vulneráveis da favela. Em colaboração com entidades como o Flor de Mandacaru e o Projeto PALCO, essa iniciativa demonstrou o papel vital da organização comunitária em mitigar crises. Embora não haja uma presença forte de agências internacionais em Nova Jaguaré, os esforços locais continuam a ser apoiados por parcerias com ONGs e entidades nacionais.

SÍNTESE COMPARATIVA E IMPACTO DAS AÇÕES

As três favelas estudadas têm recebido a presença de importantes agências internacionais e organizações que atuam em conjunto com a comunidade local para promover melhorias em áreas como infraestrutura, segurança, educação e economia. A atuação da ActionAid em Heliópolis, por exemplo, proporcionou um ambiente mais seguro para as mulheres, enquanto

a Fundação LafargeHolcim e a eDesign Dynamics têm promovido o desenvolvimento sustentável e urbano em Paraisópolis.

Em termos de infraestrutura, o Banco Mundial e a ONU-Habitat desempenham papéis significativos na requalificação urbana, garantindo que áreas como Heliópolis e Paraisópolis recebam melhorias em saneamento, moradia e serviços públicos. O trabalho da AECID na capacitação profissional tem gerado impactos duradouros ao preparar os moradores para o mercado de trabalho, fortalecendo a economia local.

No entanto, apesar dos avanços, a sustentabilidade das ações ainda é uma preocupação. Em Nova Jaguaré, embora a Mobiliza Jaguaré tenha desempenhado um papel crucial durante a pandemia, a falta de presença permanente de agências internacionais reflete a necessidade de maior investimento em soluções a longo prazo.

As iniciativas analisadas demonstram que, embora as intervenções tenham gerado melhorias consideráveis, os desafios estruturais e a necessidade de garantir a continuidade das ações permanecem. A parceria entre agências internacionais, governos locais e ONGs foi essencial para implementar projetos de desenvolvimento sustentável, mas é fundamental que novas iniciativas priorizem a sustentabilidade e o fortalecimento das economias locais para garantir impactos duradouros e transformadores nas favelas de São Paulo.

CONCLUSÃO

A análise da atuação de agências internacionais nas favelas de São Paulo demonstra que essas entidades desempenham um papel fundamental na melhoria da habitabilidade dessas áreas, embora sua influência direta sobre grandes mudanças urbanísticas seja limitada. Em geral, as agências atuam como facilitadoras, oferecendo financiamento e apoio técnico a organizações locais e à administração pública, focando principalmente em áreas como saúde, educação, segurança e direitos humanos.

Neste estudo observou-se que a maioria das ações dessas agências ocorre por meio de parcerias com ONGs e entidades públicas, o que mostra uma tendência de colaboração indireta, onde essas agências utilizam intermediários para a execução de seus projetos. Essas parcerias ajudam a fortalecer as capacidades locais e melhorar a integração de recursos e serviços essenciais para as comunidades, como a instalação de infraestrutura básica e promoção de iniciativas de inclusão social e digital.

Entretanto, a pesquisa também destaca que, apesar dos esforços de melhoria, as favelas paulistanas ainda enfrentam grandes desafios em termos de infraestrutura, saneamento e exclusão social. Mesmo com avanços pontuais, como o aumento da iluminação pública em Heliópolis e projetos de inclusão digital em Paraisópolis, as intervenções das agências internacionais não têm sido capazes de resolver totalmente os problemas estruturais que afetam essas áreas. Isso sugere que, para alcançar uma transformação mais profunda e duradoura, é necessário um maior comprometimento tanto das agências internacionais

quanto das autoridades locais em implementar políticas públicas de longo prazo que tratem das raízes da pobreza urbana e da segregação espacial.

Portanto, a conclusão deste estudo reforça que a atuação das agências internacionais nas favelas de São Paulo tem potencial para trazer melhorias significativas em alguns aspectos da habitabilidade, mas sua eficácia total depende de uma colaboração mais robusta com os governos e uma abordagem que priorize as realidades locais. O papel dessas agências deve ser visto como complementar e necessário para preencher lacunas de recursos e conhecimento técnico que os governos locais muitas vezes não conseguem cobrir sozinhos.

REFERÊNCIAS

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. Relatório Global sobre Deslocamento Forçado. Genebra: ACNUR, 2023.

ACTIONAID USA. Cidades Seguras. Disponível em: <https://www.actionaidusa.org/work/safe-cities/>. Acesso em: 5 out. 2024.

AECID. Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento: Estratégias de Cooperação com o Brasil. 2022. Disponível em: <https://www.aecid.es/>

AECID. Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Projetos de Desenvolvimento Local e Capacitação Profissional. Brasília: AECID, 2022.

BANCO MUNDIAL. Relatório de Impacto em Favelas Urbanas. São Paulo: Banco Mundial, 2021.

BANCO MUNDIAL. Banco Mundial no Brasil. 2023. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/country/brazil/overview>.

E DESIGN DYNAMICS. Áreas Úmidas de São Paulo. Disponível em: <https://edesigndynamics.com/portfolio/saopaulowetlands/>. Acesso em: 5 out. 2024.

FREIRE, Regina. Heliópolis e as políticas de urbanização de favelas: desafios e avanços. São Paulo: Contexto, 2015.

GONÇALVES, Marcos. Heliópolis: Um estudo sobre a urbanização e os desafios persistentes. Revista de Urbanismo Contemporâneo, v. 7, n. 2, p. 32-45, 2020.

GRUPO CRIA. Favela Cria. Disponível em: <https://grupocria.com.br/favela-cria/>. Acesso em: 5 out. 2024.

HARVEY, David. Cidades Rebeldes: Do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

HOLCIM FOUNDATION. Nós vamos fazer acontecer. Disponível em:

<https://www.holcimfoundation.org/media/news/awards/we-are-going-to-make-it-happen>. Acesso em: 5 out. 2024.

KOWARICK, Lúcio. Trabalho e Vadiagem: A origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

LESHINSKY, Rebecca; LEGACY, Crystal (Ed.). Instrumentos de planejamento: tensões e desafios para cidades mais equitativas e sustentáveis. London: Routledge, 2016.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (Orgs.). A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 121-192.

MINGST, K. A.; MCINERNEY, M. E.; ARREGUÍN-TOFT, I. Organizações Internacionais: Política, Direito e Prática. 4. ed. Oxford: Oxford University Press, 2021.

ONU-HABITAT. ONU-Habitat no Brasil: Programas e Projetos. 2023. Disponível em: <https://unhabitat.org/>. Acesso em: 08 out. 2024.

ONU-HABITAT. Urbanização Sustentável e Inclusiva nas Favelas Brasileiras. São Paulo: ONU-Habitat, 2020.

PEREIRA, Elson Manoel (Org.). Planejamento urbano no Brasil: conceitos, diálogos e práticas. Florianópolis: Insular, 2017.

PEREIRA, João. A urbanização do Jaguaré e os desafios da integração social. Cadernos de Sociologia Urbana, v. 14, n. 1, p. 22-39, 2020.

PERLMAN, J. Favela: Quatro Décadas Vivendo à Margem no Rio de Janeiro. Oxford University Press, 2010.

RODRIGUES, Juliana. Paraísopolis e os contrastes da desigualdade urbana. Jornal de Ciências Sociais, v. 12, n. 3, p. 15-28, 2021.

SANTOS, Carla. Nova Jaguaré: Urbanização, industrialização e políticas públicas. São Paulo: Alameda, 2018.

SÃO PAULO. Programa de Urbanização de Favelas do Banco Mundial em São Paulo. 2020. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/>.

SILVA, André Luiz. Paraísopolis e os paradoxos da urbanização na periferia de São Paulo. São Paulo: Autêntica, 2019.

STIGLITZ, J. E. Globalização e Seus Descontentes. New York: W.W. Norton & Company, 2002.

UNESCO. Relatório de Educação Inclusiva em Comunidades Urbanas. Brasília: UNESCO, 2019.

UNICEF BRASIL. Relatório Anual 2022. 2023. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/>.

UNICEF BRASIL. UNICEF e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 2022. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/sdg>. Acesso em: 08 out. 2024.

VILLAÇA, Flávio. Espaço intraurbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel, 2012.

WEISS, Thomas G.; WILKINSON, Rorden. Organização Internacional e Governança Global. New York: Routledge, 2018.

WILLIAMS, P. D. Compreendendo a Manutenção da Paz. 3. ed. Cambridge: Polity Press, 2020.